



ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

ANALYSIS OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL

ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS EN BRASIL

Monalisa R. Barbosa¹

Djalma dos Santos Machado²

RESUMO

A análise das políticas públicas educacionais no Brasil corrobora para a compreensão dos desafios e das soluções encontradas ao longo do tempo ao passo que também oferece uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas no futuro. Objetivou-se, assim, averiguar o impacto das políticas públicas educacionais no Brasil, com foco na implementação e desafios para a promoção da equidade e qualidade no sistema educacional, especialmente no contexto da educação básica. Metodologicamente, tratou-se de uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa sob as vias de uma pesquisa qualitativa. Como resultado, verificou-se que as políticas públicas educacionais no Brasil têm buscado, ao longo dos anos, ampliar o acesso e garantir a permanência dos alunos na escola, porém enfrentam limitações estruturais, desigualdades regionais e dificuldades na efetiva implementação. Observou-se também que iniciativas voltadas à inclusão, diversidade e valorização do magistério ainda carecem de investimentos consistentes e de articulação intersetorial. Ademais, a pandemia de COVID-19 acentuou desigualdades já existentes, revelando a urgência de políticas mais equitativas e sustentáveis. Concluiu-se, ainda, que o fortalecimento da gestão democrática, o investimento na

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Estácio de Sá (20024 - 2028) Mestra em Educação pela Universidade de Taubaté (2020), graduada em Letras pela Universidade do Vale do Paraíba (2006), graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2010) com Habilitação em Gestão Escolar. Tem experiência na área da Educação, educação infantil (2006 - 2014) formação de professores, coordenação pedagógica (2014 - 2015) e Direção Escolar (2015 - 2019), Atualmente atua na supervisão Escolar na Prefeitura Municipal de Taubaté , trabalhou como professora Universitária na UNIPLAN (2020 - 2022). Centro Universitário ETEP (2025- 2026).

²Doutorando em Educação pela UNESP- Rio Claro, vinculado à linha de pesquisa "Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana". Como pesquisador, integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE/UNESP), na linha de Organizações Educacionais: Política e Gestão. Mestre em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), Matemática pela Universidade do Vale do Paraíba e Pedagogia -Centro Universitário Claretiano e especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de São José do Rio Preto e especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes. Tem experiência na gestão da educação básica. Atualmente é diretor de escola do Município de Jacareí. Tem estudado principalmente os temas: políticas educacionais, gestão da educação básica e gestão escolar.

formação docente e a ampliação de políticas inclusivas são demandados para consolidar um sistema educacional mais justo. Tais elementos são essenciais para transformar a educação em uma ferramenta de desenvolvimento social e redução das desigualdades.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Qualidade da Educação. Equidade Educacional. Base Nacional Comum Curricular.

ABSTRACT

Analyzing public education policies in Brazil helps to understand the challenges and solutions encountered over time, while also providing a solid basis for developing more effective and inclusive strategies in the future. The aim was therefore to investigate the impact of public education policies in Brazil, with a focus on implementation and challenges for promoting equity and quality in the education system, especially in the context of basic education. Methodologically, this was an exploratory and comparative literature review using qualitative research. As a result, it was found that public education policies in Brazil have sought, over the years, to increase access and ensure that students stay in school, but face structural limitations, regional inequalities and difficulties in effective implementation. It was also noted that initiatives aimed at inclusion, diversity and valuing teachers still lack consistent investment and intersectoral coordination. In addition, the COVID-19 pandemic has accentuated existing inequalities, revealing the urgent need for more equitable and sustainable policies. It was also concluded that strengthening democratic management, investing in teacher training and expanding inclusive policies are required to consolidate a fairer education system. These elements are essential for transforming education into a development tool for social development and reducing inequalities.

Keywords: Public Education Policies. Quality of Education. Educational Equity. Common National Curriculum Base

RESUMEN

El análisis de las políticas públicas de educación en Brasil contribuye a la comprensión de los desafíos y las soluciones que se han presentado a lo largo del tiempo, a la vez que proporciona una base sólida para el desarrollo de estrategias más efectivas e inclusivas en el futuro. Por lo tanto, el objetivo fue evaluar el impacto de las políticas públicas de educación en Brasil, centrándose en su implementación y los desafíos para promover la equidad y la calidad en el sistema educativo, especialmente en el contexto de la educación básica. Metodológicamente, esto implicó una revisión bibliográfica exploratoria y comparativa mediante investigación cualitativa. Como resultado, se constató que las políticas públicas de educación en Brasil han buscado, a lo largo de los años, ampliar el acceso y asegurar la retención estudiantil, pero enfrentan limitaciones estructurales, desigualdades regionales y

dificultades para su implementación efectiva. También se observó que las iniciativas orientadas a la inclusión, la diversidad y la valorización de la docencia aún carecen de inversión consistente y coordinación intersectorial. Además, la pandemia de COVID-19 ha exacerbado las desigualdades existentes, revelando la urgencia de políticas más equitativas y sostenibles. Se concluyó que el fortalecimiento de la gobernanza democrática, la inversión en la formación docente y la expansión de políticas inclusivas son necesarios para consolidar un sistema educativo más justo. Estos elementos son esenciales para transformar la educación en una herramienta de desarrollo social y de reducción de las desigualdades.

Palabras clave: Políticas Educativas Públicas. Calidad de la Educación. Equidad Educativa. Base Curricular Común Nacional.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas educacionais no Brasil têm evoluído de maneira complexa ao longo da história, refletindo as transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram o país. Desde o período colonial, quando a educação foi restrita a uma minoria elitizada, até o cenário atual, com a universalização do ensino básico, as políticas educacionais têm sido um campo de disputas, avanços e retrocessos. O sistema educacional brasileiro sempre esteve marcado por desigualdades estruturais, com um acesso desigual à educação de qualidade, especialmente entre as diferentes regiões e classes sociais. As desigualdades de oportunidades educacionais também têm raízes no racismo estrutural e na marginalização das populações indígenas e quilombolas, cujas necessidades educacionais muitas vezes não são contempladas de forma adequada nas políticas públicas.

No contexto contemporâneo, a educação no Brasil é regida por um conjunto de normas e diretrizes estabelecido pela Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e mais recentemente pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses marcos legais buscam assegurar a universalização do ensino e a equidade educacional, além de melhorar a qualidade da educação em todos os níveis, com um foco especial na educação básica. Nesse cenário, o Plano Nacional de Educação (PNE), com suas metas para o período de 2014 a 2024, estabeleceu diretrizes que norteiam a expansão da educação no Brasil, com ênfase

em temas como a valorização do magistério, a melhoria da infraestrutura escolar e o acesso ao ensino superior, especialmente para populações historicamente marginalizadas.

A relevância social e científica deste estudo reside no fato de que as políticas públicas educacionais desempenham um papel essencial na formação do capital humano necessário para o desenvolvimento do país. A educação é um dos principais motores da mobilidade social, sendo a chave para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar as políticas públicas educacionais, é possível identificar os avanços e as lacunas do sistema educacional, destacando as desigualdades regionais, as dificuldades de implementação das políticas e os desafios de efetividade nas escolas. Além disso, ao compreender as dinâmicas e implicações dessas políticas, os pesquisadores podem contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias governamentais, visando à redução da desigualdade educacional e ao aprimoramento da qualidade do ensino.

O objetivo geral é averiguar o impacto das políticas públicas educacionais no Brasil, com foco na implementação e desafios para a promoção da equidade e qualidade no sistema educacional, especialmente no contexto da educação básica. Já os objetivos específicos são: investigar a eficácia das políticas educacionais atuais, como a BNCC e o PNE, no processo de democratização e qualidade do ensino, examinar as desigualdades regionais e socioeconômicas nas políticas educacionais brasileiras, identificando as principais barreiras para a implementação igualitária da educação em diferentes contextos e avaliar o papel das políticas de formação e valorização do magistério no desenvolvimento da qualidade do ensino, considerando as condições de trabalho, formação continuada e carreiras docentes.

A seguinte questão-problema norteia esta pesquisa: Quais são os principais desafios e impactos das políticas públicas educacionais no Brasil na promoção da equidade e qualidade da educação básica, e como essas políticas têm enfrentado as desigualdades regionais e sociais?

Metodologicamente, incorporou-se uma revisão bibliográfica exploratória e comparativa embasada a partir de uma pesquisa qualitativa. De modo complementar,

utilizou-se de bases documentais com foco em obras da última década. Como fatores de composição, excluiu-se dados advindos artigos com falta de correlação com o tema ou por serem fechados, excederem a regra temporal estabelecida, serem incoerentes com as definições de idioma (português e inglês) ou por se apresentarem como fragmentos ou obras incompletas.

Utilizou-se dados obras e artigos científicos de autores nacionais e estrangeiros com ênfase em datações posteriores a 2015, cujos resultados foram obtidos em bases de dados como Scientific Electronic Library Online (Scielo) e Google Acadêmico. Similarmente, pontuou-se esta composição através dos termos: “Políticas Públicas Educacionais”, “Qualidade da Educação”, “Equidade Educacional” e “Base Nacional Comum Curricular”.

Quadro 1 - Pesquisas Correlatas (*SCIELO*) e Google Acadêmico

Ano	Plataforma	Autor	Título
2017	<i>Google Acadêmico</i>	Maria Carolina Pires de Andrade Rosa Maria Corrêa das Neves Cláudia Lino Piccinini	Base nacional comum curricular: disputas ideológicas na educação nacional.
2019	<i>SCIELO</i>	Eduardo Donizeti Giroto	Pode a política mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional.
2021	<i>Google Acadêmico</i>	Débora Tais Arnhold Rosemari Lorenz Martins	A Base Nacional Comum Curricular como política pública de equidade: discussões e perspectivas.
2023	<i>Google Acadêmico</i>	Eliane Alves e Silva Nascimento Geniana Vieira dos Santos Silma Peres Cruvinel Jeromice Moreira da Silva	Políticas públicas educacionais: Educação Básica e de qualidade.
2023	<i>SCIELO</i>	Vander Viana Telma Gimenez	Cursos a distância de formação inicial de professores de língua inglesa: Uma análise censitária

2025	SCIELO	Elizabeth Pereira Rodrigues Larissa Porfírio Maciel Rafael Naime Ruggiero Mozart Neves Ramos	O impacto da pandemia no desempenho escolar em municípios de médio porte do estado do Maranhão
2025	SCIELO	Amélia Artes Sandra Unbehau	Percepção de professoras e professores do ensino fundamental sobre o abandono escolar no contexto da pandemia

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Após a leitura dos resumos dos artigos encontrados, realizamos uma triagem em que foram selecionados 7 artigos relevantes e de acordo o recorte temporal de 2015 a 2025.

Segundo Morosini e Fernandes (2014), este aprofundamento oportuniza uma visão do que já foi ou está sendo produzido em relação ao objeto de estudo e é uma etapa conhecida como construção da apropriação do banco de dados. Ao identificar, coletar e analisar os dados das pesquisas, a metodologia foi aprimorada para que emergissem outras reflexões.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

O conceito de políticas públicas é central para a análise do funcionamento do Estado e das ações governamentais em diversos setores. Elas são, em essência, decisões e ações realizadas por autoridades públicas para resolver problemas coletivos e atender demandas da sociedade. Em termos gerais, políticas públicas podem ser definidas como as ações coletivas que buscam promover o bem-estar social, com base em uma agenda política estabelecida. No contexto educacional, as políticas públicas educacionais elucidam o esforço do Estado em garantir o direito à educação, principalmente para populações vulneráveis, em um esforço para reduzir as desigualdades sociais (Mainardes, 2018).

A educação é um direito social elementar, e a sua garantia está inserida no contexto das políticas públicas como um meio de promover a justiça social e a inclusão cidadã. O direito à educação no Brasil é assegurado pela Constituição de 1988, que a estabelece como uma obrigação do Estado e um direito de todos, independente de sua origem ou classe social. As políticas públicas educacionais, portanto, não apenas buscam a universalização do acesso à educação, mas também visam a qualidade do ensino, combatendo as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional. Nesse sentido, a educação e cidadania estão diretamente relacionadas, pois o acesso a uma educação de qualidade é visto como um meio para a formação de cidadãos conscientes e críticos (Almerindo, 2020).

Para além disso, o papel do Estado no provimento de políticas educacionais vai além da simples oferta de ensino, abrangendo a responsabilidade pela qualificação dos professores, infraestrutura das escolas e pela promoção de equidade no acesso, especialmente em regiões periféricas ou de difícil acesso (Arroyo, 2023). A política educacional não pode ser vista apenas como um instrumento técnico, mas como um fator de transformação social, sendo essencial para a redistribuição de oportunidades dentro da sociedade brasileira.

As teorias críticas da educação oferecem uma perspectiva fundamental para a análise das políticas educacionais, pois entendem a educação não apenas como um processo técnico, mas como um campo de disputas ideológicas e sociais. A educação pública é, muitas vezes, uma arena onde se travam disputas entre modelos educacionais que visam atender às necessidades das classes populares e as pressões do mercado e dos interesses privados que buscam privatizar e mercantilizar a educação. Dentro dessa perspectiva, a relação entre público e privado, bem como entre qualidade e quantidade, são questões centrais nas disputas no campo educacional (Ferreira Junior; Bittar, 2008). As teorias críticas buscam, portanto, questionar as estruturas de poder e as instituições educacionais, propondo alternativas que desafiem a ideia de que a educação deve apenas formar trabalhadores aptos ao mercado, defendendo uma educação libertadora, capaz de transformar a realidade social e política do país.

A história da educação no Brasil remonta ao período colonial, quando a educação era largamente restrita às elites e voltada para a formação religiosa e moral. Esse processo educacional estava intimamente ligado à manutenção do poder da Igreja e da Coroa, excluindo amplamente a população indígena e africana do acesso ao conhecimento. Durante esse período, o ensino formal era escasso e as iniciativas educacionais estavam centradas nas poucas escolas mantidas pelos jesuítas. A exclusão educacional foi uma característica marcante dessa fase, o que consolidou uma sociedade com sérias desigualdades educacionais. A marginalização da grande maioria da população do processo educacional permanece um desafio até os dias atuais (Almerindo, 2020).

Com a independência e a formação do Estado brasileiro, as primeiras iniciativas estatais de educação pública surgiram, ainda que de maneira tímida e restrita. Em 1827, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu, pela primeira vez, a obrigatoriedade de ensino primário. No entanto, a implementação dessa lei foi falha, já que o acesso à educação continuava limitado, especialmente nas regiões rurais e periféricas. Ao longo do século XIX, a educação se expandiu, mas ainda estava concentrada nos centros urbanos e nas classes altas. A criação de escolas públicas, assim como os programas de formação de professores, foi insuficiente para garantir acesso igualitário à educação em todo o país (Arroyo, 2023).

O século XX foi marcado por várias reformas educacionais que refletiam as transformações políticas e sociais do Brasil. A Reforma Francisco Campos, na década de 1930, foi um marco importante, pois buscava a centralização do sistema educacional e a unificação dos currículos em todo o país. Com ela, o Brasil começou a planejar uma educação mais integrada e alinhada com os princípios do Estado moderno. No entanto, essa reforma foi insuficiente para reduzir as disparidades educacionais, que continuaram a ser um reflexo das desigualdades sociais. Mais tarde, a Lei 5.692/71, implementada durante a ditadura militar, também procurou modernizar o sistema educacional, mas seu foco era a formação técnica para atender às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma educação integral e

crítica. A imposição de um modelo educacional autoritário, com censura e limitações à liberdade de expressão, impactou negativamente a qualidade e a abrangência da educação no país (Ferreira Junior ; Bittar, 2008).

A redemocratização, culminada na Constituição de 1988, trouxe uma nova perspectiva para a educação no Brasil. A educação foi reconhecida como um direito social e o Estado passou a ser responsabilizado pela oferta de ensino público e gratuito em todos os níveis. A Constituição de 1988 representou uma ruptura com o modelo anterior, voltado para as elites, e estabeleceu bases para a universalização do acesso à educação. A partir dessa conquista, o Brasil deu passos significativos na construção de um sistema educacional mais inclusivo, mas ainda enfrenta desafios significativos, como as desigualdades regionais e sociais no acesso à educação de qualidade (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Contemporaneamente, as políticas educacionais no Brasil são regidas por uma série de leis e diretrizes que buscam organizar o sistema de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, é um marco central no processo de regulamentação da educação no Brasil. Ela estabelece as normas gerais sobre a educação básica e superior, incluindo a garantia da educação para todos os brasileiros. Além disso, a LDB promove a descentralização e a autonomia dos sistemas de ensino, permitindo maior flexibilidade para as redes estaduais e municipais (Najjar; Mocarzel; Santos, 2019).

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014, tem como objetivo a universalização e a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, com 20 metas a serem alcançadas até 2024. Entre essas metas, destacam-se a erradicação do analfabetismo, a ampliação do acesso à educação infantil e o aumento da formação de professores. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, estabelece as diretrizes para o currículo da educação básica, com foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos estudantes. A implementação da BNCC busca harmonizar os currículos em todo o país, garantindo uma formação básica comum para todos os alunos, independentemente da região em que estudam (Oliveira; Ferreira, 2021).

3 AVALIAÇÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Para mensurar a qualidade educacional, diversos indicadores têm sido utilizados. Entre os mais notáveis estão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que oferecem dados sobre o desempenho das escolas e dos estudantes. Esses indicadores, embora fundamentais para o monitoramento do sistema educacional, são frequentemente criticados por simplificarem a complexidade do processo educativo e por não considerarem as condições socioeconômicas dos alunos, que desempenham um papel fundamental no desempenho escolar. A utilização desses instrumentos exige, portanto, uma reflexão crítica sobre suas limitações e implicações para as políticas públicas educacionais (Almerindo, 2020).

As avaliações em larga escala, como o IDEB e a Prova Brasil, têm como objetivo monitorar o desempenho das escolas e do sistema educacional como um todo. Entretanto, essas avaliações possuem limitações evidentes, especialmente no que diz respeito aos seus objetivos e ao impacto que podem gerar nas práticas pedagógicas. Se, por um lado, elas fornecem uma visão geral da qualidade da educação, por outro, sua ênfase em resultados quantitativos pode distorcer as prioridades pedagógicas. Muitas vezes, a pressão por bons resultados leva a um "ensino para a prova", em detrimento de abordagens pedagógicas mais abrangentes e criativas, que poderiam atender melhor às necessidades dos alunos (Ferreira Junior; Bittar, 2008).

Segundo Machado e Marangoni (2024), chama-se atenção para: o fato de as políticas responsabilizarem as escolas e seus profissionais, sem levar em conta as profundas e históricas desigualdades sociais. Logo, o Ideb pouco vem contribuindo com a melhoria da qualidade da educação.

Além disso, as políticas de avaliação externa também estão intimamente ligadas à gestão por resultados, que responsabiliza os docentes pelos desempenhos dos alunos. A responsabilização, embora essencial para a melhoria contínua, pode gerar um ambiente de tensão e competição entre as escolas, em vez de um processo

colaborativo voltado para a melhoria do ensino. Ao focar exclusivamente nos resultados das avaliações, muitas vezes se negligência o papel da formação e do apoio contínuo aos professores, que são fundamentais para a construção de um ensino de qualidade (Oliveira; Ferreira, 2021).

O IDEB, desde sua implementação, tem sido um dos principais instrumentos para avaliar a qualidade do ensino no Brasil. Ele está diretamente relacionado ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que visa garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos. O PNAIC representa um esforço importante para a redução das desigualdades educacionais no país, estabelecendo metas claras e estratégias para a alfabetização na idade certa. Contudo, apesar de suas boas intenções, o PNAIC tem sido alvo de críticas. Algumas dessas críticas apontam para a falta de recursos e para as dificuldades de implementação das diretrizes nas escolas, especialmente nas mais carentes. Além disso, o foco no IDEB como critério de sucesso pode obscurecer outros aspectos fundamentais da educação, como a formação cidadã e o desenvolvimento integral dos alunos (Torres, 2004).

O PNAIC e o IDEB estão também estreitamente vinculados ao financiamento da educação. As metas estabelecidas pelo IDEB, embora desafiadoras, estão diretamente relacionadas aos recursos financeiros destinados às escolas. Isso significa que o cumprimento dessas metas pode impactar a alocação de recursos, gerando um ciclo no qual a melhoria do desempenho escolar está atrelada ao aumento do financiamento e a um maior compromisso com as políticas públicas de educação. Nesse contexto, é fundamental garantir que as metas do PNAIC não se limitem a resultados quantitativos, mas que busquem uma verdadeira melhoria da qualidade educacional de forma integral e equitativa (Carvalho, 2010).

O financiamento da educação pública brasileira está atrelado a diversas fontes, destacando-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que tem sido o principal mecanismo de redistribuição de recursos para a educação básica em todo o país. A reformulação do Fundeb, em 2020, garantiu sua continuidade até 2036, além de ampliá-lo, permitindo um maior aporte

de recursos para estados e municípios, especialmente nas regiões mais carentes. O impacto dessa reforma no fortalecimento da educação básica é visível, mas também revela os desafios persistentes de equidade na distribuição dos recursos, dado que as desigualdades regionais e socioeconômicas impactam diretamente a qualidade educacional oferecida às diferentes populações (Almerindo, 2020).

Além do Fundeb, outros mecanismos como o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) foram criados para estabelecer parâmetros mais precisos quanto ao investimento necessário por aluno para garantir uma educação de qualidade. O CAQ busca garantir que todos os alunos recebam os recursos necessários para um aprendizado de qualidade, enquanto o CAQi foca nos alunos em seu estágio inicial de educação, priorizando a alfabetização e os primeiros anos do ensino fundamental. Contudo, a implementação desses custos ainda enfrenta obstáculos, como a falta de transparência em sua aplicação e a resistência de algumas esferas da gestão pública em adotar esses critérios como referência (Ferreira Junior; Bittar, 2008).

As desigualdades regionais e socioeconômicas são questões centrais quando se fala sobre o financiamento da educação pública no Brasil. As disparidades entre as regiões norte e nordeste, em comparação com as regiões sul e sudeste, refletem diretamente no acesso e na qualidade do ensino oferecido. A urbanização das grandes metrópoles tem sido contrastada com a realidade das zonas rurais, onde a educação do campo continua a ser negligenciada, com escolas muitas vezes sem infraestrutura adequada e docentes mal remunerados. Esse quadro de desigualdade é agravado pela escassez de material didático e pela falta de investimento em formação continuada para os professores, o que compromete a eficácia do ensino (Arroyo, 2023).

Não obstante, a qualidade da educação nas áreas rurais e periféricas é diretamente afetada pela estrutura de infraestrutura das escolas. Em muitas regiões, a falta de acesso a tecnologias educacionais, materiais pedagógicos e até mesmo de condições básicas de higiene e conforto nos estabelecimentos de ensino tornam o processo de aprendizagem extremamente desafiador. Esses fatores resultam em um

ambiente educacional onde os alunos têm suas oportunidades de aprendizagem comprometidas, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas que marcam a sociedade brasileira (Mainardes, 2018).

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado um aumento significativo das parcerias público-privadas (PPPs) no setor educacional, especialmente em áreas como a gestão de escolas e a oferta de serviços complementares, como transporte e alimentação escolar. A terceirização e a atuação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e sistemas como o "Sistema S" têm gerado debates acirrados. De um lado, argumenta-se que essas parcerias podem trazer eficiência e inovação, enquanto, por outro, há a crítica de que a privatização pode resultar em um retrocesso na qualidade do ensino e na ampliação das desigualdades. A pressão de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, para que o Brasil adote modelos de privatização e desregulação do setor educacional também tem sido uma constante, levantando questões sobre a preservação do caráter público e universal da educação (Carvalho, 2010).

Segundo Marangoni e Machado (2025) ressaltam: que nas últimas décadas, houve um avanço significativo do processo de privatização da gestão dos serviços públicos, com a adoção de práticas de mercado na administração pública; a educação paulista vem adotando esta lógica empresarial. Esse processo de privatização, embora impulsionado por promessas de melhor gestão e mais recursos, levanta sérias preocupações sobre o comprometimento do princípio da equidade na educação. Quando a iniciativa privada entra na gestão educacional, há o risco de priorizar o lucro em detrimento das necessidades educacionais da população mais vulnerável. Além disso, as pressões externas e os interesses de organismos internacionais podem resultar em políticas que favoreçam a eficiência em termos de custo, mas que não necessariamente atendem às especificidades regionais e sociais do Brasil, agravando as disparidades existentes (Torres, 2004).

Saul (2015, p. 1310) expõe:

Um sistema de avaliação que acena para uma educação democrática torna-se incoerente ao defender propostas meritocráticas, nas quais os índices resultantes de avaliações externas são os indicadores da qualidade

da educação. As avaliações externas, regidas pela lógica do controle, visam ao propósito de classificar alunos, escolas, professores, com a intenção de produzir rankings que servem tão somente aos propósitos do mercado [...].

A política pela educação crítica, comprometida com princípios democráticos, evidencia o posicionamento contrário às avaliações externas.

4 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A inclusão e a diversidade são questões centrais nas políticas públicas educacionais contemporâneas, especialmente em relação à educação especial e inclusiva. Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na implementação de políticas que garantem o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular, por meio de adaptações curriculares e apoio especializado. Todavia, ainda há desafios significativos, como a formação inadequada dos professores e a falta de infraestrutura adequada nas escolas, que impedem a plena inclusão desses alunos no ambiente escolar. Além disso, a educação de povos indígenas e quilombolas, bem como a educação de jovens e adultos, também tem sido uma área de crescente atenção, embora, muitas vezes, esses grupos ainda enfrentem barreiras para acessar uma educação de qualidade. O debate sobre gênero, raça e orientação sexual também tem ganhado destaque, com políticas voltadas para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo, que respeite e promova a diversidade, mas essas políticas ainda estão longe de serem plenamente implementadas em todas as instituições educacionais (Arroyo, 2023).

Em relação à formação e valorização do magistério, a profissão docente no Brasil enfrenta inúmeros desafios. Os planos de carreira e salários, apesar de serem elementos importantes para garantir a valorização do professor, ainda apresentam disparidades significativas entre os estados e entre a rede pública e privada de ensino (Carvalho, 2010).

A formação inicial dos professores, embora tenha avançado em algumas áreas, ainda não atende plenamente às necessidades da educação contemporânea, especialmente no que diz respeito à inclusão e ao uso das novas tecnologias no ensino. Além disso, a formação continuada é essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas, mas nem sempre é ofertada de maneira sistemática ou com a qualidade necessária. As condições de trabalho dos professores, que incluem desde a sobrecarga de atividades até a falta de infraestrutura adequada nas escolas, também afetam diretamente a autonomia docente e a qualidade do ensino. Esses fatores, juntos, contribuem para a desvalorização da profissão e para a dificuldade em atrair e reter bons profissionais na área da educação (Ball, Maguire; Braun, 2016).

A crise gerada pela pandemia de COVID-19 trouxe desafios ainda maiores para as políticas educacionais, exacerbando as desigualdades existentes. O ensino remoto, adotado como medida emergencial, mostrou a profundidade da desigualdade digital no Brasil. Muitas famílias não têm acesso a dispositivos tecnológicos adequados ou a uma conexão de internet de qualidade, o que prejudicou o aprendizado de milhares de estudantes, especialmente nas áreas rurais e periféricas (Arroyo, 2023).

Aliás, o impacto da pandemia na saúde mental dos estudantes e professores, bem como o aumento da evasão escolar, geraram um retrocesso significativo nos avanços conquistados ao longo dos anos. As reações e retrocessos nas políticas educacionais também foram evidentes, com algumas medidas que visavam a modernização do ensino sendo deixadas de lado ou temporariamente suspensas em função da crise. Nesse contexto, a recuperação da educação pós-pandemia exigirá um esforço conjunto entre governos, escolas e sociedade civil para minimizar os danos e reconstruir um sistema educacional mais justo e eficiente (Arroyo, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, foi possível observar que, embora existam progressos em algumas áreas, ainda persistem desafios estruturais e contextuais que

dificultam a plena implementação das políticas educacionais previstas. De maneira geral, os objetivos propostos foram alcançados, proporcionando uma visão abrangente sobre o panorama atual da educação no Brasil e destacando questões fundamentais para o aprimoramento das práticas educacionais.

As principais conclusões indicam que, embora a educação inclusiva tenha sido um tema em crescente evidência, sua implementação ainda esbarra em dificuldades como a falta de recursos adequados, a formação insuficiente de professores e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para atender a diversidade dos estudantes. A valorização do magistério, embora tenha avançado em algumas regiões, continua sendo um desafio, especialmente no que tange às disparidades salariais e às condições de trabalho dos docentes. Além disso, a pandemia de COVID-19 evidenciou a desigualdade no acesso à educação, com a falta de infraestrutura tecnológica e a precariedade no ensino remoto afetando principalmente as camadas mais vulneráveis da população.

Em relação às implicações para a prática, é necessário que os gestores públicos e as autoridades educacionais busquem estratégias mais eficazes para garantir a equidade no acesso à educação de qualidade, com ênfase na formação continuada dos profissionais da educação e na implementação de políticas mais inclusivas. Além disso, a integração das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem precisa ser repensada de maneira mais acessível e inclusiva, para que todos os alunos, independentemente de sua localização ou condição social, possam ser beneficiados de forma equitativa.

Isto posto, a continuidade das pesquisas nessa área é requerida para entender as transformações no cenário educacional brasileiro e identificar novas abordagens que possam melhorar a qualidade do ensino. Investigar o impacto das políticas educacionais nas diferentes regiões do país, especialmente em contextos mais vulneráveis, permitirá um aprofundamento nas questões que ainda precisam ser resolvidas. A pesquisa acadêmica e a prática educativa devem caminhar juntas, pois somente assim será possível criar um sistema educacional mais justo, inclusivo e adaptado às demandas contemporâneas da sociedade.

Assim, as estratégias para garantir equidade, o foco na formação dos profissionais e a inclusão tecnológica no processo educacional estão contemplados nas políticas públicas em debate e implementação, mas demandam acompanhamento constante e pesquisa para ajustes eficazes.

REFERÊNCIAS

ALMERINDO, Janela Afonso. **Estado, políticas e gestão da educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 36, n. 2, p. 403-428, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ARROYO, Miguel. **Reconstruir o Estado de Direitos. Reinventar outra gestão do direito à outra educação.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 39, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, 230p. BRASIL. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior. Cursos avaliados e reconhecidos, 2021.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. **José Mário Azanha** / José Sérgio Fonseca Carvalho. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **A educação na perspectiva marxista.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MACHADO, Djalma; MARANGONI, Ricardo. **Índice de desenvolvimento da educação básica: a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos nas políticas educacionais municipais.** Revista Poiesis Pedagógica, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024006, mês, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74681>. Acesso em:10/06/2025.

MACHADO, D. dos S; Marangoni, R. A. (2025). **PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS DIRETORES DA REDE ESTADUAL PAULISTA?** *Anais Congresso De Educação, Interdisciplinaridade E Práticas Escolares*, 1(1), 01–02. <https://doi.org/10.56579/eduinterpe.v1i1.1958> Acesso em :18/06/2025.



MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional.** Jornal de Políticas Educacionais. V. 12, n. 16. Agosto de 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MAINARDES, Jefferson. **A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo.** Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni. **Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.- dez. 2014.

NAJJAR, Jorge Nassim Vieira; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Os conceitos de campo e habitus em Pierre Bourdieu e sua (possível) aplicação à Política Educacional.** Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 4, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

OLIVEIRA, Alcivam Paulo de; FERREIRA, Rosilda Arruda. **A construção do problema na pesquisa sobre política educacional: contribuições para o debate.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 37, n. 1, p. 243-265, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SAUL, A. M. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória.** Revista Educação e Pesquisa, v. 41, n. especial, dez. 2015.

TORRES, Rosa María. **Nuevo rol docente: ¿qué modelo de formación, para qué modelo educativo?.** Revista colombiana de educación, n. 47, 2004. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DATA DE SUBMISSÃO: julho de 2025

DATA DE ACEITE: julho de 2026